

Fernando Henrique pede diretas em 88

AO FUTURO.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, foi taxativo ontem: a convocação das diretas para a Presidência da República deve ser feita esse ano, para o pleito ser realizado em 88. E o senador não aceita a argumentação de que a definição da duração do mandato de Sarney é importante para o Brasil conseguir uma negociação favorável de sua dívida externa. Na sua opinião, "esse não é um bom argumento", acrescentando que a definição do mandato presidencial não contribuirá em nada para a solução do problema.

Fernando Henrique admitiu, porém, que essa definição deve ser promovida pelas forças políticas que apóiam o governo, observando que a Constituinte não dispõe de nenhum mecanismo para isso antes da promulgação da Carta. O líder peemedebista acentuou, ainda, que a sociedade brasileira já está cansada da transição negociada que, segundo ele, "deve ser encerrada com a promulgação da nova Constituição e com a convocação das eleições diretas, de preferência pelo presidente José Sarney, porque isso servirá para fortalecê-lo".

Quem também está pedindo diretas-já é o presidente da UDR, Ronaldo Caiado. Ele disse ontem, em Brasília, "que já está

passando a hora de se deflagrar o processo de eleição direta para presidente da República, porque o povo não suporta mais os desastros e desatinos do governo". Para ele, a política econômica já se mostrou incompatível e os ministros deveriam renunciar imediatamente. Depois de reivindicar a escolha do ministro da Agricultura pela classe rural, Caiado afirmou que a reforma ministerial não é mérito de quatro governadores (referindo-se à reunião promovida por Orestes Quércia na semana passada), "e vai ocorrer pela incompetência do ministério, que até hoje não conseguiu definir uma política, econômica para o País".

Cinco anos

Pela primeira vez, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, manifestou-se contra a fixação de um mandato provisório de quatro anos para o presidente Sarney. Em conversa informal com jornalistas, ontem, no almoço que ofereceu para um balanço dos trabalhos da Constituinte, Ulysses afirmou que "tudo indica que a Constituinte deverá restabelecer a tradição de cinco anos para o mandato presidencial". Ele considera quatro anos "restritivos", dizendo que o Brasil, pelas suas complexidades e dimensões, deve ser governado por cinco anos. "É mais ajustável



à nossa realidade", acrescentou.

No encontro com os jornalistas, Ulysses Guimarães manifestou, ainda, confiança na manutenção da Aliança Democrática e previu, até, que PMDB e PFL poderão ficar juntos na sucessão do presidente Sarney. Segundo ele, as chances são muito boas, já que os dois partidos estão votando em conjunto matérias importantes, "e já fizemos um programa mínimo de governo que estamos procurando cumprir e ainda não se esgotou".

O presidente da Constituinte salientou que a manutenção da

Aliança se insere na transição democrática que o País atravessa. Ele considera, ainda, "fundamental" apoiar o presidente Sarney nesse momento de transição, para que as exigências e demanda da sociedade sejam atendidas, "e sejam transformados em realidade os compromissos mudancistas que levaram milhares de pessoas às praças públicas na eleição de Tancredo Neves e José Sarney".

Ulysses Guimarães defendeu também a manutenção do regime presidencialista, mas sugeriu que os constituintes coloquem um "tempero parlamentarista no com o fortalecimento do Poder Legislativo. Para se chegar ao parlamentarismo, disse o deputado, é preciso que a instância administrativa esteja imune à política. "Ou se derruba o governo por causa do Funrural", explicou, referindo-se às dificuldades no preenchimento de cargos no Funrural, apesar dos acordos, feitos no início do governo Sarney, entre o PMDB e o PFL.

Já o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) anunciou ontem que vai iniciar uma coleta de assinaturas de apoio a requerimento que encaminhará à Mesa da Constituinte para que sejam submetidos logo ao Plenário os pedidos para que este se defina, previamente, a respeito do

sistema de governo a ser adotado no País — se presidencialismo ou parlamentarismo. "Essa questão tem de ser decidida pelo Plenário, e não por uma subcomissão ou comissão — acrescentou — pois aqui não há constituintes de primeira e de segunda classe."

Com Sarney

Os senadores Mário Covas e José Richa vão se reunir com o presidente Sarney na terça-feira, dia 21, à tarde. O encontro foi acertado ontem, no Palácio da Alvorada, durante café da manhã do presidente com o senador do PMDB do Paraná. A reunião dos dois parlamentares com Sarney será logo após a sessão solene da Assembléia Constituinte, em homenagem póstuma ao presidente Tancredo Neves, no segundo ano de seu falecimento.

Ainda Covas e Richa: os dois, que não faziam parte do círculo de parlamentares ligados a Ulysses Guimarães, participaram ontem à noite, na residência do ministro Renato Archer, de um encontro informal promovido pelo presidente da Constituinte com deputados e senadores do partido, para uma troca de informações. A liderança de Covas na Constituinte e a posição de destaque de Richa no partido fizeram com que Ulysses mudasse de comportamento, procurando atraí-los ao seu convívio.

Lucena não quer plebiscito para a nova Constituição

Contrariando o disposto no regimento interno da Constituinte, o presidente do Senado, Humberto Lucena, condenou a realização de um plebiscito global para que o povo aprove ou rejeite a nova Constituição. Para ele, o plebiscito deve limitar-se à escolha do novo sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista), aborto, direito de sindicalização e greve para funcionários públicos e a obrigatoriedade ou não do voto.

O senador explicou que, no caso de algum princípio ser recusado, seria submetido a nova discussão, mediante a apresentação de uma emenda, que seria acolhida ou não, já então como decisão final.

Já o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) colocou-se contrário à decisão do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que quer encampar as discussões em torno dos sistemas de governo, econômico e tributário. Segundo Maurílio, a Comissão de Sistematização não tem essa competência: "Nós já fomos contra e derrubamos a figura da grande comissão e não vamos permitir, agora, que o senador Afonso Arinos divida essa Assembléia em duas categorias". O depu-



Lucena: contra o plebiscito.



Maurílio, contra...



...posições de Arinos.

tado garantiu que irá "bombardear essa pretensão absurda".

Prazos

A Constituinte e suas comissões e subcomissões não funcionarão amanhã nem sexta-feira, voltando a reunir-se apenas na terça-feira, devido aos feriados da Semana Santa e do dia 21 de abril, antecipado para segunda-feira. E o prazo para entrega de sugestões à Assembléia foi do dia 23 para adiada o próximo dia 6 de maio, conforme anunciou, ontem, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele explicou, entretanto, que isso

não implicará atraso na promulgação da nova Carta, prevista para 15 de novembro.

"Se depender de mim, os prazos não serão aumentando, mas apenas remanejados, para compatibilizá-los com a necessidade de cada relator", explicou Ulysses, adiantando que esse ano não haverá o tradicional recesso de julho.

E, pensando em adiantar os trabalhos constitucionais, o deputado Manuel Moreira (PMDB-SP) sugeriu que a Mesa da Constituinte discuta, formalmente, a proposta de Constituição elaborada pela Co-

missão de Notáveis, que foi presidida pelo senador Afonso Arinos. "No lugar de plagiar, vamos logo examinar o original", justificou o deputado. Ontem, por coincidência, o senador Afonso Arinos, atendendo pedido do deputado Victor Faccioni (PDS-RS), comprometeu-se a apresentar o anteprojeto na próxima semana à Mesa da Assembléia.

Debate nas subcomissões

A partir da próxima semana, várias subcomissões estarão debatendo com representantes da sociedade civil, associações, perso-

nalidades, e entidades. No dia 22, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Escola Superior de Guerra discutirão, na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da Segurança, a "natureza, finalidade e características do Estado", tratando de segurança nacional, papel das forças armadas e do estado de sítio.

O chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, falará na sessão pública da Subcomissão do Poder Executivo, no próximo dia 21, sobre a Organização do Estado. Outras audiências serão realizadas com os juristas Miguel Reale Jr., Seabra Fagundes, Raimundo Faoro, Josaphat Marinho, Cesar Saldanha, além do ministro Paulo Brossard e do ex-governador Montoro.

Na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, a primeira audiência pública, no dia 23 será com entidades ligadas à área educacional. Diariamente a subcomissão ouvirá seis entidades. Na Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária deverão prestar depoimentos os presidentes do Inbra, da Associação Brasileira de Reforma Agrária, das Empresas de Pesquisa (Embrapa) e de Extensão Rural (Embrater), além da Federação da Agricultura de Minas Gerais.